

## PERFECTÍVEIS CORPOS – CORPO E NAÇÃO: TERRITORIALIDADES IMPONDERÁVEIS

Maria Bernardete Ramos\*

### Resumo

O texto é uma reflexão sobre a invenção da nação moderna, discutindo os conceitos de *perfectibilidade* e de *degeneração*. Criar a “raça nacional” é imprimir, no corpo do cidadão, não só sentimentos, uma língua comum e símbolos nacionais, mas também um tipo psicológico e até um tipo físico. Trata-se de tecnologia complexa, pois a tese da potencialidade humana que permite moldar-se o corpo é a mesma que desestabiliza e faz o corpo escapar a toda definição, deslocando seu Eu.

### Palavras-chave

Nação; corpo; perfectibilidade; degeneração; identidade.

### Abstract

*This text aims to reflect on the invention of the modern nation, discussing the concepts of perfectibility and degeneration. Creating the “national race” means inculcating in the citizen’s body not only feelings, a common language and the national symbols, but also a psychological model and even a physical one. It is a complex technology, since the thesis of human potentiality which permits to shape the body is the same one that unbalances the body, making it get away from all definitions and displace its self.*

### Key-words

*Nation; body; perfectibility; degeneration; identity.*

## *A cura da fealdade*

Lê-se no *Boletim de Eugenia*, 1929: “a nossa plebe é feia, desengonçada e doente”, sentença proferida pelo Dr. Renato Kehl, conclamando a uma campanha de “regeneração da espécie”.<sup>1</sup> Seu livro *A cura da fealdade*, grosso volume com inúmeras gravuras, 512 páginas, encadernado em percalina, “constitui um verdadeiro tratado para melhorar o corpo humano, aformozeá-lo, corrigir defeitos, restaurar a saúde, alcançando assim esse bem supremo que é a beleza e afastando o mal que é a fealdade...”<sup>2</sup> Eliminar as imperfeições, os aleijões, criar a elite humana, era apenas uma questão de vontade, acreditava Kehl.

O homem capaz de talhar no mármore a Vênus é capaz também de moldar plasticamente toda a humanidade, e cada um poderá transformar-se em Polycleto, Myron, Phidias, poderá criar tipos com vida, como Doryphoro, aquele belo efebo da estatuária, o mais antigo tipo da arte grega, justamente considerado a representação mais acabada da beleza e da energia humana.<sup>3</sup>

Médico, psicólogo, diretor e proprietário do *Boletim de Eugenia*, organizador dos Congressos de Eugenia, enfim, o maior propagandista da eugenia no Brasil, o Dr. Renato Kehl defendia-a como ciência (investigação da geração) e como arte (produção da boa geração). Se a fealdade era um mal extremamente generalizado no Brasil (ela tanto pode ser física, moral, como intelectual), não era um fruto espontâneo da natureza, portanto, era evitável. Na primeira parte do livro *A cura da fealdade* (1933) ele especifica as bases para se avaliar a perfeição física, fisiológica e psíquica dos indivíduos de ambos os sexos. Na segunda, institui regras para a profilaxia da fealdade, estudando os fatores degenerativos e os meios de eliminá-los. Na terceira parte, faz as indicações terapêuticas para sanar as causas da fealdade física. Anima-lhe a crença, segundo sua própria conclusão, de ter escrito um livro útil, com fé na doutrina de Galton. “O progresso será lento mas incessante e de idade em idade, cada geração será, como diz Richet, superior à geração que a precede.”<sup>4</sup>

O Dr. Renato Kehl fazia parte da geração de intelectuais, políticos, educadores, religiosos, juristas, artistas, jornalistas, antropólogos, médicos, psicólogos, das décadas de 1920 e 1930, que investiram no discurso eugênico como estratégia para dar uma feição à nação brasileira. Se a fealdade, traçada nas tintas e na escrita do Brasil por viajantes e cientistas estrangeiros do século XIX, era representativa de nossa não-civilidade e de nossa identidade às avessas, acreditavam esses intelectuais que a eugenia oferecia os meios para embelezar e aperfeiçoar nosso tipo étnico em formação, crença que só foi possível quando as teorias racialistas começaram a afirmar que a degenerescência obtida pela hibridação ou miscigenação não devia ser pensada como fenômeno irreversível.

As teses culturalistas sob a influência de Boas, que introduziram a relatividade na compreensão das culturas humanas,<sup>5</sup> ganharam adeptos no mundo ocidental, e, nelas, os intelectuais brasileiros – desde os discípulos de Nina Rodrigues até Gilberto Freyre – encontram uma saída para a questão racial. Os mestiços poderiam ser divididos em “maus” ou “bons”. Sobre os “bons mestiços”, seria possível aplicar as leis da “perfectibilidade”, a fim de alcançar o padrão de beleza ou uma estética do corpo comparável ao dos países civilizados. “Os profundamente degenerados, melhor seria deixá-los reproduzir entre si e estingüir-se a mesquinha geração por esterilidade e mortalidade precoce (...)”.<sup>6</sup> Ou seja, para os absolutamente enfermos, alcoólatras, loucos, epiléticos, não havia outra solução a não ser sua separação da parte “boa” da nação. Para a “raça em formação”, para os “bons mestiços”, desde medidas profiláticas, como higiene sexual das famílias, até as práticas corporais, como o canto orfeônico, a ginástica, a educação física, o escotismo, trariam resultados benéficos para a constituição do corpo saudável, belo, branco, harmonioso quanto às formas físicas e nobre quanto ao caráter espiritual.

O embelezamento da raça brasileira dar-se-ia, portanto, mediante um processo educacional do corpo que o habilitasse para pertencer à parte boa da nação. Ser branco já não significava o pertencimento genuíno ao grupo sangüíneo de origem européia. Para Oliveira Viana,

(...) em regra, o que chamamos mulato é o mulato inferior, incapaz de ascensão, degradado nas camadas mais baixas da nossa sociedade (...) Há porém mulatos superiores, arianos pelo caráter e pela inteligência, ou pelo menos capazes de arianização, ascendendo às altas camadas da nacionalidade e colaborando com os brancos na obra de organização e civilização do país.<sup>7</sup>

Roquete Pinto encontrara várias evidências de ação europeizantes entre os negros.<sup>8</sup> O branqueamento da parte visível da nação brasileira expressava-se e, portanto, na postura civilizada do corpo. Uma conduta moderada em relação à sexualidade, uma *boa* aparência do corpo, hábitos de higiene, aspirações de acesso social, educação, trabalho seriam índices para classificar homens e mulheres numa taxonomia étnica brasileira.

A beleza do rosto, a dimensão do pescoço, a desenvoltura do busto, das ancas, o torneado dos membros, a não-discrepância anatômica dos seios, das mãos, dos pés, a resistência das carnes, o modo de andar, de olhar, de falar... a beleza dos cabelos, o tamanho, a forma e a cor dos olhos, dos cílios e das sobrancelhas, o colorido, a forma e a dimensão dos lábios e dentes, do nariz e das orelhas, a forma das mãos, dos pés e das unhas, essas características eram consideradas adornos naturais que deveriam ser cultivados. Além da esbelteza geral, a graça e a elegância da boa proporcionalidade da fisionomia corporal, a

cor, a maciez, a igualdade e a boa distribuição da pigmentação da pele, a ausência de nódulos avermelhados, o equilíbrio das secreções, o volume dos poros, tudo isso era indício, na semiologia do corpo, para ditar o padrão que se almejava como estética da mulher brasileira. Para os homens, eram comuns as teses que enfatizavam a política exercida sobre o corpo, a qual deveria formar um homem típico, com as seguintes características: talhe mais delgado que cheio, gracioso de musculatura, flexível, olhos claros, pele sã, ágil, desperto, ereto, dócil, entusiasta, alegre, viril, imaginoso, senhor de si mesmo, sincero, honesto, puro de atos e pensamentos.<sup>9</sup>

Hernani de Irajá<sup>10</sup> – outro médico sexólogo, artista plástico, que também se debatia pela construção da raça brasileira em conjunto com a geração de eugenistas, alienistas e sanitaristas das primeiras décadas do século XX – afirmou que “nosso biótipo ideal deveria reunir força, saúde e beleza.<sup>11</sup> Ele “não pode fugir às regras clássicas de antropometria”.<sup>12</sup> Isso resultaria na normatização do corpo comparável aos aspectos físicos de europeus arianos. Em *Morfologia da mulher* (1937), ilustrado com uma série de fotografias de suas pacientes brasileiras nuas (diz que observou 82 delas), para analisar, descrever e classificar os tipos brasílicos e indicar os caminhos ou os métodos para se alcançar o cânone da estética clássica grega, Irajá concluiu: “O tipo brasileiro (...) não está formado. Penso mesmo (...) que jamais será uno. Todavia é de se supor que o calcamento aproxime em duas modalidades estalônicas, com certos caracteres comuns, o tipo-raça futuro”.<sup>13</sup> Em suas conclusões, “o futuro brasileiro em seu tipo antropológico, tudo parecia indicar que seria o ariano modelado pelos trópicos, isto é, o ariano vestido com aquilo que alguém chamou a *libré do clima*”.<sup>14</sup> *Morfologia da mulher*, conforme se lê no Prefácio, destinava-se “não só aos estudiosos, aos médicos, ginecologistas, antropologistas, como também aos escultores e pintores que se interessam pelos problemas da raça e assuntos brasileiros”.<sup>15</sup>

Em *Sexo e beleza*,<sup>16</sup> ao introduzir uma série de mensurações do corpo humano estudado por artistas plásticos da história da pintura ocidental, dentro dos cânones, para encontrar o ideal estético do brasileiro, Irajá conclui que o normotipo ainda estava muito além de ser uma regra; portanto, as autoridades públicas deveriam iniciar uma campanha para adiantar o melhoramento da raça. A arte deveria estar a serviço da medicina. Os pintores modernistas, que compõem quadros de “aleijões de plástica humana” – gordos, deformados, seios desproporcionais –, são atacados veementemente pelo autor, que os considera psicopatas, invejosos, fracassados.<sup>17</sup> O corpo humano não deveria fugir, nem na sua plasticidade real, nem na sua representação, quanto às dimensões de ancas, espáduas, pescoço, braço, antebraço, pesos e medidas, altura e harmonia entre tronco, cabeça e membros, dos cânones da representação humana. A beleza do corpo definiria o grau de desenvolvimento da raça e da nação.

## Corpo e nação

Qual é o problema que se coloca? Se em termos étnicos ou linguísticos muitos dos maiores Estados modernos não eram homogêneos em suas origens; se o material étnico, linguístico, ou outro, foi retrabalhado nos mecanismos de construção do Estado Nacional, a nação tem na origem o controle do corpo, a fim de transformar grupos heterogêneos em comunidades nacionais, com base nos critérios de unicidade da língua, do território, da história e da cultura.

É aqui, sobretudo, que o liberalismo – ao inventar o indivíduo livre, autônomo, senhor de si na construção do Eu, dobrado sobre si mesmo, em sua identidade coerente – permitiu a conjunção complexa e conflitante entre a formação do caráter individual e a do caráter da nação. Se, para os princípios do liberalismo, a nação é o conjunto de indivíduos, agentes ativos de seu próprio bem-estar e de suas ações; se o aperfeiçoamento da nação depende do auto-aperfeiçoamento individual; e se o direito à cidadania depende das capacidades do indivíduo, pelos critérios da meritocracia, neste quadro, então, o indivíduo viu-se contido em sua potencialidade e expansão – no que se refere à vida cotidiana, ao modo de vida, à sexualidade por estruturas ideológicas rígidas, por instituições disciplinares – governos raciais, que pretendiam centrar a pessoa do indivíduo numa identidade corporal que se expressasse no sexo, na cor, na classe, na idade, na saúde, na aparência do corpo. Ou seja, se do caráter do indivíduo depende o caráter da nação, esta não é apenas uma forma política, ou melhor, ela é uma forma política na dimensão do corpo, um fenômeno cultural de intervenção sobre o corpo do indivíduo para forjar o corpo coletivo da nação.<sup>18</sup>

A nação, portanto, inscrita nos corpos, anda colada nos corpos. Como *criação imaginária*, para usar uma expressão cunhada por Benedict Anderson,<sup>19</sup> e como movimento cotidiano, a nação impregna os corpos, intimamente relacionados com o fenômeno da identidade nacional, de forma a imprimir sentimentos, simbolismos, uma língua específica, um tipo psicológico e até um tipo físico, com origem nos saberes que se tornam vozes autorizadas pelo discurso da razão, justificador de práticas intervencionistas no cotidiano das pessoas, para escrever sobre seus corpos o desejo da nação.

Na interpretação de Michel de Certeau, conforme a alegoria desenhada por Jean Van de Straet para a ilustração da *Americae decima pars* de Jean-Théodore de Bry Oppenheim, de 1619, Américo Vesúcio, que vem do mar, diante da mulher índia que se chama América, inscreverá no seu corpo nu, como numa página em branco, a vontade do conquistador. Entre um querer escrever e um corpo escrito, fabrica-se a história da América.<sup>20</sup> Também de Michel de Certeau podemos tirar a idéia do corpo como metáfora da nação.<sup>21</sup> Atualmente, em Atenas, os transportes coletivos se chamam *metaphorai*. Para ir ao trabalho ou

voltar para casa, toma-se uma “metáfora” – um ônibus ou um trem.<sup>22</sup> Os relatos, de acordo com Certeau, poderiam igualmente ter esse belo nome – todo dia, eles atravessam e organizam lugares; eles os selecionam e os reúnem num só conjunto; deles fazem frases e itinerários. Mas, agora, os relatos são feitos do corpo na língua. É o corpo que estrutura a narrativa do espaço, selecionando, saltando, agrupando, criando limites, barreiras e fronteiras. Os relatos são metáforas do corpo inscrito pelas políticas conquistadoras, as mesmas que criaram leis para dominar a natureza. O exemplo mítico é Robinson Crusoé, que se esforça para pôr em seu texto o desconhecido que deixou a marca do pé na areia da página em branco de sua ilha. Outro exemplo: Dromio, o escravo, fala a seu senhor, Antífalo de Éfeso: “A pele do empregado é o pergaminho onde a mão do patrão escreve”. Shakespeare indicava, deste modo, o lugar primordial da escrita e a relação de domínio que a lei mantém com seu súdito pelo gesto de “lhe fazer a pele”.<sup>23</sup> A pele não é apenas o invólucro do corpo. Para a psicanálise contemporânea, tanto a pele (superfície do corpo) como o cérebro (superfície do sistema nervoso) originam-se da mesma estrutura embrionária, o ectoderma.<sup>24</sup> A pele, portanto, estaria integrada ao sistema neurológico, fornecendo ao aparelho psíquico as representações do Eu, numa correspondência, sem exterioridade ou interioridade, entre o orgânico e o psíquico.

Já afirmava Hegel que “somos biologicamente abertos ao mundo”.<sup>25</sup> Bourdieu toma isso em suas últimas conseqüências. É porque o corpo é exposto, posto em jogo no mundo, confrontado com o risco da emoção, da ferida, do sofrimento, por vezes da morte, sendo, portanto, obrigado a levar o mundo a sério (e nada é mais sério que a emoção, que chega ao fundo dos dispositivos orgânicos), que, se encontra em condições de adquirir disposições que são elas próprias abertura ao mundo, quer dizer, às próprias estruturas do mundo social cujas formas são incorporadas. A ordem social inscreve-se nos corpos por meio dessa confrontação permanente, mais ou menos dramática.<sup>26</sup> O corpo, em sua plasticidade, repara-se, educa-se, fabrica-se para representar e dar legitimidade ao discurso da nação ou da raça. Nas palavras de Certeau, o corpo é aquele “que leva os vivos a se tornarem sinais da unidade de um sentido”,<sup>27</sup> ou seja, de uma identidade.

As definições mais recorrentes de nação surgiram nos contextos dos imperialismos do século XIX e das guerras mundiais da primeira metade do século XX, para referir-se à comunidade dos cidadãos de um Estado que vivem sob o mesmo regime ou governo.<sup>28</sup> No entanto, em termos étnicos, linguísticos ou outros, a maior parte dos maiores Estados modernos não é homogênea. O material étnico, linguístico ou outro é retrabalhado por processos comandados pelos Estados, para integrar os indivíduos num tecido unificado de relações em grande escala.<sup>29</sup> E o aparecimento dos conceitos de nação, nacionalismo, etnia, é acompanhado *pari passu* pelo aparecimento do conceito de cidadão, forjado na

idéia do indivíduo autônomo, senhor de si, responsável pela aquisição de capacidades próprias, as quais o habilitariam para o exercício da cidadania. Ou seja, o direito à cidadania está na origem de uma qualificação, um conjunto de capacidades inscrito numa geometria territorial (o local, a região, o Estado, a Nação, a Comunidade Européia, etc.), consoante às relações externas, ou de capacidades territorializadas no corpo individual, de acordo com as relações internas, como a idade, o sexo, a cor, a etnia, o *status* social, a indignidade por decisão judicial, o exercício de certas profissões, etc.<sup>30</sup>

Hoje, tudo aparece a nós de modo facilitado. A globalização, a desnacionalização ou a mundialização permitem que capitais, mercadorias, estilos, cozinhas, sons, imagens, papéis, enlatados, idiomas rodem pelo mundo, sem barreiras físicas, espaciais e temporais. As pessoas também circulam, aos bandos: turistas, estudantes, refugiados, clandestinos, sem cidadania, com passagem de ida e volta. A pele do passageiro denuncia sua etnia. A nação, traçada no corpo num lento e constante processo de inclusão e exclusão, consoante à incorporação do *habitus* nacional, forma nossa “segunda natureza”, como quis enfatizar Norbert Elias, para superar os problemas da antiga noção de *caráter nacional*, tido como algo fixo e estático.<sup>31</sup> Elias afirma que os destinos de uma nação ao longo dos séculos ficam sedimentados no *habitus* incorporado por seus membros individuais, intimamente vinculado ao processo particular de formação do Estado, submetido às instituições nacionais. É esta segunda natureza que forma a etnia e a nação, coletividades duplamente históricas, pois não só são as memórias históricas essenciais para a sua continuação, como cada um desses grupos étnicos é produto de forças históricas específicas, incorporadas pelo *habitus*, estando, é óbvio, desse modo, também sujeito à dissolução e à alteração histórica.<sup>32</sup>

### *Corpos perfectíveis*

A crise do liberalismo, no começo do século XX, desembocando na instalação dos regimes totalitários ou autoritários, bem como na onda nacionalista das democracias liberais, apenas transferiu a responsabilidade exclusiva da *autoperfectibilidade* individual para a *autoperfectibilidade* da nação como sujeito coletivo, a fim de configurar, além de fronteiras socioculturais internas, as fronteiras étnicas internacionais.<sup>33</sup> A suposta transição do liberalismo clássico da década de 1840 para o novo liberalismo da década 1880, geralmente associada às idéias J. S. Mill e T. H. Green, ocorreu pelas alterações no pensamento liberal vitoriano, que expressava a nova compreensão, quase sempre ambígua, do relacionamento entre a sociedade e o indivíduo. À medida que o novo ambiente social industrial

começou a parecer hostil às condições da autonomia individual para a *perfectibilidade*, os próprios liberais passaram a propor políticas de controle das massas e a questionar o valor ético da liberdade como pressuposto do desenvolvimento estético da vida. Esta questão foi extremamente complicada para Mill. Em sua opinião, era quase inconcebível que alguém com capacidade para a autonomia, colocado em condições de liberdade, fracassasse na utilização dessa liberdade para moldar o seu caráter de um modo proveitoso.<sup>34</sup>

A problemática da *perfectibilidade* humana não fora invenção dos liberais. No livro do professor John Passmore,<sup>35</sup> podemos acompanhar, no Ocidente, as implicações teóricas da noção de perfeição humana, o que ela significa e dentro de que princípio se pode alcançá-la, desde os gregos, passando pelo cristianismo e entrando nos seus desdobramentos nos séculos XVIII, XIX e XX. De modo geral, até a emergência do conceito moderno de *perfectibilidade*, o pensamento sobre a perfeição humana gravitava em torno do seguinte dilema: pode o homem atingir a perfeição por sua livre escolha ou apenas por função da graça de Deus?

Na Renascença, esboça-se uma terceira via no meio desse pólo: talvez o homem pudesse se aperfeiçoar não pela graça de Deus, nem pelo próprio esforço, tampouco pela combinação das duas opções, mas pela própria intervenção humana dentro de pressupostos sociais. Não seria Deus quem revelaria o caminho da perfeição, na linha do cristianismo, tampouco a perfeição seria um estado metafísico, alcançado pelo homem platônico contemplativo, que conhece a verdade sobre o mundo. Os humanistas da Escola de Florença, no século XIV, baseados na leitura de Aristóteles, refutaram a superioridade da vida contemplativa sobre a vida ativa. E quando, no século XVI, Popanazzi, da Escola de Pádua, afirmou que é desejável que *todo* homem se desenvolva não só na sua inteligência criadora, nem só mediante o conhecimento, mas que se desenvolva moralmente, isto é, que desenvolva sua inteligência *prática* – uma habilidade no sentido da palavra empregada por Aristóteles, capacidade política e moral de tomar decisões –, ele antecipou ou criou as bases teóricas para o surgimento da noção moderna de *perfectibilidade*.<sup>36</sup>

Primeiramente, a referência a “todos” (*whole*) é particularmente significativa, pois, por “todos”, Popanazzi quis dizer a *raça humana* ou a *espécie humana*. A *perfectibilidade* individual passa a ser vista, então, como parte da *perfectibilidade* da espécie humana, o que trouxe em seu bojo o princípio da futura teoria racial e a conseqüente, *nonsense*, classificação da humanidade em raças superiores e inferiores. Outro fundamento para a moderna noção de *perfectibilidade* refere-se à questão do progresso. Se a espécie humana pode aperfeiçoar-se, o ideal de perfeição deve ser colocado como objetivo a ser alcançado pelo homem na vida cotidiana, gradativamente. Esse ideal de perfeição difere da clássica noção greco-cristã não só pela dimensão metafísica, mas em outro fundamento: sugere que

a perfeição pode ser incrementada. O homem pode, pouco a pouco, num ilimitado grau, melhorar a si e à sua espécie. Na clássica teoria da perfeição, o ato de aperfeiçoar-se envolve uma ruptura no curso de uma vida. A idéia de perfeição absoluta, atingida num instante repentino, que rompe com um estado anterior de pecado para ingressar num estado de graça – um *break-through* –, é substituída pela idéia de gradual perfeição. A doutrina da perfectibilidade do homem pode agora ser formulada assim: todo homem é capaz de aperfeiçoar-se, e o grau de perfeição não tem limite. Ou, como Robert Owen escreveu em 1836: afirmar que o homem é perfectível é afirmar a possibilidade de progressivo melhoramento físico, intelectual e moral, ou o seu contrário, a possibilidade de regressão e degenerescência.<sup>37</sup>

Esse princípio encontra seu corolário na teoria da raça formulada no século XIX. O controle genético já fora invocado por Platão na sua *República* ideal. O cristianismo, porém, não encorajou essa utopia. Se a perfeição do homem dependia da graça divina, seria ímpio sugerir que o cuidado com a prole viesse a melhorar os caracteres da descendência. No Renascimento, a *Cidade do Sol*, de Campanella, na criação da sociedade ideal, previa que homens e mulheres assumissem papéis que correspondessem à melhoria da prole. Mas foi somente no século XIX que o entusiasmo pelo controle genético prosperou. Quando, em 1869, Francis Galton publicou *Hereditary Genius*, ele não desencadeou apenas a crença de que o controle da hereditariedade dos genes fosse garantia para a melhoria da espécie; imprimiu também uma engenharia social que não colocava em dúvida que a raça humana podia e devia ser formada física, mental e moralmente.

Outra contribuição, não menos importante, para a formulação da doutrina moderna de *perfectibilidade*, veio do biologista francês Lamarck, cuja obra, no início do século XIX, assegura que os organismos animais podem ser classificados conforme uma hierarquia dada pela complexidade de seu esquema corporal, do mais baixo ao mais alto nível de vida, e que cada órgão se desenvolve com o uso repetitivo, do contrário, seu não-uso poderá enfraquecê-lo e até atrofiá-lo. A aplicação desta teoria para o melhoramento do ser humano, particularmente em seus efeitos hereditários, foi objeto de fascinação. Grande número de pensadores adotou o que se convencionou chamar de *lamarkismo* na nova ciência eugênica. Se o lamarkismo significa que o desenvolvimento dos órgãos é proporcional aos exercícios que executam, então o indivíduo pode, consciente e substancialmente, modificar seu esquema corporal. Assim, a “lei do exercício lamarkiano” constituiu as bases científica e moral para a educação física e a ginástica. Mas o lamarkismo foi mais longe. Passou-se a defender que a melhoria nas condições orgânicas do indivíduo induziria à melhoria de seus descendentes; se pelo contrário, há falta de exercícios, o organismo se

enfraquece, assim como, seus descendentes. E se tal teoria se circunscreveu inicialmente na educação física, mais tarde assumiu a maior forma de *perfectibilismo*, no qual o desenvolvimento da saúde do corpo humano levaria à felicidade e ao vigor da sociedade.

A crença de que o indivíduo poderia melhorar não só a si mesmo, mas também à humanidade, por meio de sua descendência, que gradativamente precisaria de menos esforço para a saúde biológica, é uma das mais ambíguas morais correntes do *perfectibilismo* evolucionário das últimas décadas do século XIX e das primeiras do século XX. Os lamarkianos preparavam o caminho para a propaganda racial nazista, incluindo a noção de *perfectibilidade* física atribuída ao brancos nórdicos, considerados com vantagens hereditárias sobre negros e os orientais.<sup>38</sup> Mas a cultura *perfectibilista* disseminou-se por todo o mundo ocidental, tendo havido na Europa, especialmente do Norte, e nos Estados Unidos, houve um engajamento massivo.

Se no Brasil as práticas eugênicas – esterilização, proibições de casamentos, aborto, eutanásia, etc. – não tiveram oficialmente dimensões comparáveis ao contexto europeu e norte-americano, a noção de melhoramento racial da população miscigenada acionou a *intelligentsia* brasileira, impulsionando médicos, sociólogos, antropólogos e educadores a se dedicarem exaustivamente ao tema. Prosperaram os debates e as iniciativas de entidades não-governamentais, atuantes *lobbistas* junto ao Congresso. A Sociedade Eugênica de São Paulo fora fundada no dia 15 de novembro (data simbólica) de 1918, sob a égide da discussão para alterar o artigo n. 183-IV do Código Civil, que impedia o matrimônio de consanguíneos até o terceiro grau.<sup>39</sup> Em 1930, criou-se a Comissão Central Brasileira para o Estudo e a Propaganda da Eugenia, que procurou influir na constituinte de 1934, tendo recomendado: facilidades para casamentos precoces entre indivíduos considerados eugenizados e a proibição de união entre degenerados; seleção eugênica dos candidatos a cursos superiores e cargos públicos; implantação de educação eugênica em todos os níveis de ensino.<sup>40</sup> No *Boletim de Eugenia*, circulou um concurso em que três brasileiras<sup>41</sup> foram as vencedoras. Discutia-se não só o aspecto do próprio corpo, mas especialmente os dos antepassados em relação às histórias familiares de doenças mentais, taras, sífilis, tuberculose, lepra, homossexualismo, prostituição, alcoolismo, assassinato e suicídio.

A esta cruzada eugênica, que varreu o Ocidente da segunda metade do século XIX às primeiras décadas do XX, Foucault nomeou de *racismo de Estado*, associando as noções de guerra (táticas e estratégicas) com as relações de poder e o discurso político sobre a sociedade.<sup>42</sup> A figura estratégica do “racismo de Estado” foi o médico sexólogo, pela situação privilegiada de atuar sobre o organismo, sobre o corpo individual e sobre os fenômenos globais demográficos. Uma sexualidade indisciplinada e irregular, segundo o

saber médico, teria duas ordens de problemas para a raça: o corpo desregrado sexualmente é atacado por doenças que lhe embotam a inteligência e a vivacidade; o desvio acarretará uma descendência perturbada, degenerada, colocando em risco a identidade da nação.<sup>43</sup>

### *Corpos degenerados*

No século XIX, na Europa, a visão de uma humanidade sofredora sob a influência de nocividades diversas, de origem patológica (aumento da tuberculose e da sífilis) ou social (industrialização, urbanização, pauperismo, desregramento de costumes, alcoolismo, tabagismo), gerou a síndrome da degenerescência. O corpo humano doente, tarado, louco, histérico, epiléptico, homossexual, aleijado, este já não teria nada mais a oferecer a não ser grande quantidade de frutos secos. A espécie humana parecia testemunhar o abastardamento da raça, expresso na malformação do crânio, da orelha e das extremidades, das assimetrias faciais, rapidamente associadas à origem da criminalidade.<sup>44</sup>

É nessa associação – degeneração e criminalidade – que a medicina legal se articula com o direito para tematizar as funções do corpo e produzir saberes calcados no corpo vigiado, classificado, punido, estigmatizado, excluído, objeto da ciência. A antropologia criminal esboçou-se inicialmente sob a influência de Philippe Pinel, em 1801, com a publicação do *Traité médico-philosophique sur l'aliénation ou la manie*, mas o grande impulso veio quando o Dr. Lauvergne, em 1841, publicou os resultados de suas observações no presídio de Toulon para provar que existe uma correlação entre a propensão e o desenvolvimento exagerado do cerebelo. Resultado? O estigma da regressão e da degenerescência foi rapidamente associado ao grau de desenvolvimento humano. Lauvergne tinha complementado suas conclusões, estabelecendo um paralelo entre a forma do crânio dos selvagens e a dos criminosos, e interpretado a hipertrofia de suas mandíbulas como um estigma de regressão, rebaixando o indivíduo não apenas à condição de primitivo, mas também de carnicheiro.<sup>45</sup> As teorias raciais ganhavam, então, uma nova fundamentação para explicar a existência humana.

A crença numa hierarquia de valores, no cimo da qual se situa a civilização européia, já era comum a muitos dos enciclopedistas. No entanto, antes do século XIX, ficava-se numa classificação das culturas e não dos corpos.<sup>46</sup> Com Buffon, a doutrina racialista recebeu um novo efeito. Ele enumerou três parâmetros para classificar a variedade da espécie humana: a cor da pele, a forma e o tamanho do corpo e os costumes, estabelecendo a continuidade entre a *performance* física e o desempenho moral. Na sua *História natural* (1789), Buffon age como se a correlação entre essas qualidades fosse estabelecida natural-

mente: “Uma raça de homens cuja fisionomia é tão selvagem quanto seus costumes”, escreve ele. Ou ainda: “Esses povos são muito negros, selvagens e brutais (...)”.<sup>47</sup> Com Buffon, todavia, ficamos ainda na classificação hierárquica das povos, fundamento da política externa imperialista européia do século XIX.

A emergência da medicina legal deslocou o lugar político, circunstanciado agora no corpo do indivíduo, no interior da própria nação. O inimigo a ser invadido e combatido é interno, é a sub-raça não cidadã que habita o mesmo território nacional. Na era dos nacionalismos e a conseqüente etnização ou racialização, ou seja, no contexto dos imperialismos, dos fascismos e das guerras mundiais, somou-se ao governo disciplinar, que esquadrinha corpos para domesticá-los, o governo que controla a própria vida, já na sua concepção, regulando o próprio nascimento.<sup>48</sup>

A noção de hereditariedade criminoso, enunciada em meados do século XIX, diante do “crepúsculo dos povos”, tivera grande progresso com a publicação do *Tratado das degenerescências físicas, intelectuais e morais da espécie humana* (1857), do médico alienista Benedict Morel. Segundo ele, a espécie humana se perpetuaria a partir de um tipo ideal, que conteria o conjunto dos elementos da continuidade da raça, e qualquer desvio desse esquema corresponderia a uma degenerescência da sua natureza. As síndromes desse mal já estariam gravadas na espécie humana pela multiplicação das taras físicas que testemunhariam o abastardamento racial.<sup>49</sup> A teoria da degenerescência, formulada por alienistas, antropologistas e juristas, alimenta e é alimentada pelas artes, pela filosofia, pela literatura, que descobrem suas fontes nas sensibilidades de uma sociedade *decadente*, expressando-se na representação das crises: da identidade, da moral, da ordem, da razão, da ciência.

A primeira grande denúncia da arte decadente veio de *Entartung* [degeneração] (1892), de Max Nordau, logo traduzido para o francês (1893), que descrevia os “degenerados na literatura, na música e na pintura” e proclamava Paris a capital da “decadência”.<sup>50</sup> Na Alemanha, obra de impacto nesta denúncia foi *Sexo e caráter*, de Otto Weininger, publicada em 1903. Para Weininger, o princípio feminino estaria informando toda a arte de vanguarda, inspirada na inextricável confusão entre masculino e feminino que reinava no seio da humanidade contemporânea.<sup>51</sup> No mesmo ano, aparece *As memórias de um neuropata*, de Daniel Paul Schreber, relato autobiográfico daquilo que Freud consideraria como um caso típico de paranóia. Sua identidade masculina desmorona, vozes nele falam, torna-se mulher, dentre outras cinco personagens que inventa para si. A mais relevante é a que assume o papel de um príncipe mongol. A explicação que dá para ela assemelha-se muito a uma desculpa. Ele se envergonha dessa existência “não ariana” e a justifica com o fato de os povos arianos terem fracassado.<sup>52</sup>

Assim, se a idéia da metamorfose, por um lado, é condição para a melhoria da espécie humana, por outro, torna-se apavorante viver no terreno da instabilidade. *O médico e o monstro*, de Stevenson, tematiza o misterioso deslocamento de um estado de sensualidade amorosa para um estado de sensualidade criminoso, violando a tênue fronteira entre o bem e o mal. Em Dr. Jekyll embute-se, já na grafia de seu nome, o médico assassino (*I kill*); Hyde (*hidden*) encarna o mistério da conjunção entre o desejo de matar e amar.

A descoberta da plasticidade do corpo humano, a fé na tecnologia do cultivo de raça, o medo da degradação e o sentimento de crise das identidades são sensibilidades que fermentam não somente o campo das artes, mas também o imaginário político nos finais do século XIX e na primeira metade do século XX, imaginário que se expressa na escrita traçada nos corpos para imprimir a nação. Mussolini preferia uma geração robusta a uma atualidade elegante, considerando prejudicial para os futuros italianos os processos usados pelas mulheres para terem um corpo delgado, e decretou um peso mínimo fora do qual haveria multa e prisão.<sup>53</sup> Na acepção de Plínio Salgado, a mulher não deveria ser “nem boneca e nem soldado”, “nem mulher homem e nem mulher brinquedo”.<sup>54</sup> Hernani de Iará reclamava que as práticas de canoagem, o *volley-ball*, a natação, as ginásticas, tornavam as espáduas das mulheres mais desenvolvidas que sua bacia. Para ele, os hábitos modernos, lamentáveis, traziam para um e outro sexo coisas verdadeiramente destituídas.

Os caracteres sexuais secundários definham assustadoramente. Disfunções? Hipovarismo e hipotesticulismo... O sexo indeciso firma-se com *os surtos* homossexuais. E os tipos não se definem, entrecruzam-se na penumbra das *garçonnières*, pululam nas festas de *caridade*, nos *dancings*, nas praias, agarrados uns aos outros, infecundos genésica e cerebralmente, improdutivos, estorvantes, proxenetas, quase andrógenos na vida oca, fútil, que os gasta inutilmente.<sup>55</sup>

Afrânio Peixoto, outro médico, jurista-criminal, educador brasileiro renomado, relacionou em *Sexologia forense* a feição do corpo a taras, degenerações, bestialidades, criminalidade, à hereditariedade dos raquitismos e das deformidades físicas, males que poderiam ser eliminados se colocadas em prática as regras de higiene sexual.<sup>56</sup> Afrânio formara-se na “Escola Nina Rodrigues”, à qual é atribuída a fundação da medicina legal no Brasil.<sup>57</sup> formada por um grupo de médicos e intelectuais que tinham ampla atuação perante o Estado. Numa correlação entre a prática médica e a antropologia, e com base na tese da degeneração racial pelo cruzamento de raças distantes, promoveram grandes programas “eugênicos de depuração” nos anos 1920.<sup>58</sup>

No livro *Elementos de medicina legal* (1910), Afrânio Peixoto define a degenerescência como um complexo de estados psicopáticos, provenientes de desvio ou regressão

do tipo originário. Diminuídos constitucionalmente de resistência na luta pela vida, por taras ou imperfeições orgânicas (estigmas físicos) e por anomalias da inteligência, da emotividade, da vontade, determinantes de fobias, obsessões, impulsões, perversões (estigmas psíquicos), esses indivíduos são conduzidos ordinariamente às prisões, aos hospícios, prolongando-se numa degradação mais baixa ou terminando na esterilidade.<sup>59</sup>

É enorme a lista dos “males” físicos e psicológicos, detalhadamente elencados, explicados, observados. *Sexologia forense*, de Afrânio Peixoto, é um manual de medicina legal para instruir o médico perito na análise do corpo suspeito. Cada traço é olhado, especificado, examinado, desenhado, fotografado, exposto e analisado em suas alterações somáticas, gestuais, fisionômicas.<sup>60</sup>

A semiótica do corpo, portanto, ofereceria ao médico perito as bases para o diagnóstico clínico e a emissão de seu juízo. Qualquer anomalia era enquadrada no quesito “taras”, especialmente desses “masturbadores profissionais, [que] vulgarmente não se distinguem, senão após um perfeito exame médico”, na avaliação do Dr. Hernani de Irajá.

Alguns traem-se logo: são, geralmente, pálidos e tímidos, esquivos e medrosos. Seus olhos banham-se em grandes olheiras e deixam transparecer, através de seu brilho, um abatimento fundo (...) e o seu olhar torna-se de uma fixidez notória (...) Fisicamente são moles e faltos de resistência; moralmente destituídos de coragem e energia, tornam-se extremamente egoístas (...) <sup>61</sup> Quando o exame médico não descobre sinais hereditários de nevroses, é o onanismo o principal agente ou causa de todo e qualquer desarranjo mental (...) a única causa apontada como fonte de loucura nascente.<sup>62</sup>

A semiótica médica, desenvolvida no período em questão, nada mais é do que uma das pontas do *iceberg* da nova epistemologia do olhar sobre o corpo. À era da etnia juntou-se a era do olhar, das quais ainda somos herdeiros. A identidade já não estava aparente nas roupas específicas das corporações de ofício ou dos estados sociais do Antigo Regime. Agora, a identidade do indivíduo está diretamente relacionada ao corpo nu. A *performance* corporal, pela apreensão total do corpo em seus detalhes (cabeça, rosto, olhos, boca, mãos, gestos, andar, balançar dos quadris, fisionomia, corpulência, cor) é a peça dada à identificação. O mendigo cego do filme de Fritz Lang, *M, o vampiro de Düsseldorf* (1931), descobre um assassino de crianças, uma criatura de aparência e atitudes inofensivas, ao reconhecer o som de seus passos e o tom de seu assobio.

Da antropologia criminal de Lombroso à frenologia, à antropometria, à psicanálise, à medicina, traça-se o percurso da emergência da epistemologia do paradigma indiciário.<sup>63</sup> O método morelliano, que se desenvolve no século XIX, na crítica de arte pela observação dos pormenores (que se tornou conhecido entre os historiadores pelo texto *Sinais*, de

Guinzburg); o romance policial, com a atuação do detetive Sherlock Holmes, que aprendeu a identificar pistas visíveis apenas pelo olhar detetivesco (como no caso da caixa com o par de orelhas, que o detetive intui serem iguais às de uma parente da vítima); o método antropométrico da mensuração das distâncias somáticas (na opinião de Bertillon, nada poderia comparar-se à orelha, que superava os outros traços do ponto de vista da identificação, imutável na sua forma desde o nascimento e “refratária às influências do meio e da educação”<sup>64</sup>); o retrato falado (pela descrição da fisionomia através de unidades discretas: nariz, orelhas, olhos, etc. ); a *Interpretação dos sonhos*, de Freud: todos são programas de identificação da personalidade para descobrir delinquentes, psicopatas, loucos ou criminosos, portadores de desvios psicológicos impressos no tecido somático do indivíduo.

A garantia quanto à identidade de um indivíduo – se ele é que diz quem é ou quem supomos que seja –, com base na premissa de que sua identidade pode ser verdadeira ou falsa, verdade garantida no corpo, veio quando Francis Galton<sup>65</sup> descobriu o uso que se poderia dar às linhas papilares. A ponta dos dedos suplantou a supremacia da orelha. Os desenhos das digitais permanecem os mesmos em toda a vida, e cada indivíduo tem a sua individualidade, portanto estável e garantida por si mesma. Além do olhar de lince para devassar o corpo do outro em seus sinais, conta-se também com os olhos do cérebro para garantir cientificamente a identidade.

Recupera-se assim, na modernidade, na linha de Parmênides, a definição do sujeito homogêneo, fechado em seu próprio círculo e coerente em sua identidade, de certo modo congelada na subjetividade e na permanência individual. Culmina na carteira de identidade, que faz de cada indivíduo uma entidade que tem nome, sexo, endereço e profissão, e que é cidadão de um país.<sup>66</sup> A marca da identidade impregnada no corpo vai definir o “ser” ativo ou passivo, racional ou imaginativo, intelectual ou sensível, branco, preto ou amarelo, desenvolvido ou subdesenvolvido, pragmático ou prolixo, homem ou mulher. Como metaforiza Félix Guattari, em *Cartografia do desejo*,<sup>67</sup> somos condenados a ser eternamente Penélopes ou eternamente Ulisses, nessas territorialidades definidas do corpo, em que Penélope controla o tempo: tece a trama da eternidade; em que Ulisses controla o espaço: monta a imagem da totalidade.

### *Territorialidades deslizantes*

Homi Bhabha, no livro *O lugar da cultura*, trabalha com a idéia dos interstícios culturais – os *entre-lugares* –, onde se pode introduzir a “atividade negadora” da cultura colonialista, da violência racializada, das identidades hierarquizadoras de gênero, classe, etc.

“De que modo se formam sujeitos nos *entre-lugares*, nos excedentes da soma das *partes* da diferença (geralmente expressas como raça / classe / gênero, etc.) ?”<sup>68</sup> Na fronteira – lugar por excelência da alteridade –, lugar do encontro da diferença, há um terreno deslizante, próprio para “a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e a postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria idéia de sociedade”.<sup>69</sup>

Nesses *entre-lugares* é que se pode interrogar a própria identidade e descobrir que as fronteiras do ser estão perpetuamente em mudanças. “Elas variam entre os indivíduos e no mesmo indivíduo, segundo os momentos do dia ou da noite, segundo as fases da sua vida, e elas encerram conteúdos diferentes.”<sup>70</sup> E nesses *entre-lugares* é que se pode questionar a identidade do sujeito cartesiano, racional, pensante e consciente, soberano e homogêneo. É isso que permite questionar as identidades sociológicas do século XIX, as quais pretendiam dar conta das estruturas do Estado-Nação e dos grupos raciais, culturais e sociais, a fim de sustentar as nações modernas. Mas o indivíduo só pode ser definido na multiplicidade de interferências que estabelece com o mundo circundante. A pessoa constrói-se *na e pela* comunicação, com todas as potencialidades humanas, com a imaginação, os sentidos, o afeto, e não apenas a com razão. É isso que permite falar de “abertura” da pessoa, abertura aos outros, abertura às diversas características do Eu.<sup>71</sup> Não há “homem negro, homem branco”. O que freqüentemente é chamado de alma negra é um artefato do homem branco. Suas representações são o palco da divisão entre corpo e alma, onde se encena o artifício da identidade, uma divisão que atravessa a frágil pele – negra e branca – da auto-ridade individual e social.<sup>72</sup>

O que se pode dizer?

a) Não vivemos num universo meramente físico; o homem vive mergulhado em um universo simbólico. A linguagem, o mito, a arte e a religião, conforme analisa Cassirer, são partes desse universo. Lado a lado com a linguagem conceitual, existe uma linguagem emocional; lado a lado com a linguagem científica ou lógica, existe uma linguagem da imaginação poética. A razão – diz Cassirer – é um termo muito inadequado para compreender as formas da vida cultural do homem em toda a sua riqueza e variedade: “Logo, em vez de definir o homem como *animal rationale*, deveríamos defini-lo como *animal symbolicum*”.<sup>73</sup>

b) A identidade não é algo que sempre esteve lá, esperando para ser representado, muito menos algo que sempre existirá na forma que lhe foi dada em um movimento político específico ou em um momento histórico particular. Existe sempre algo imaginário ou fantasiado na unidade do indivíduo e também na unidade da nação. As representações que se fazem das identidades nacionais, ao pretenderem uma imagem límpida e coerente, li-

dam com operações escriturísticas que escamoteiam as diferenças produzidas nos jogos de poder, cujos parceiros se encontram em situação de desigualdade e dominação. “Toda identidade é também horrível, pois para existir tem de traçar uma divisa e rechaçar quem estiver do outro lado.”<sup>74</sup>

c) Não basta se abrirem as fronteiras políticas e econômicas, propalando-se o fim das nações, enquanto convivermos com as discriminações raciais, que fundamentam as guerras de “limpezas étnicas”, ou com as leis de mercado, que fundamentam a disputa por emprego e acesso aos bens, com as discriminações raciais, geracionais, sexuais, etc. Há uma geografia cultural, que significa uma formação cultural étnica, já em sua origem controladora do direito à cidadania. A polícia dos corpos, que esteve na base da formação das nações, extrapola as fronteiras nacionais no mercado globalizado.

d) A desenvoltura com que as pessoas conseguem se encaixar e se desencaixar de suas identidades, mesmo das identidades étnicas, é observada para desafiar as análises baseadas em culturas nacionais homogêneas, com tradições comuns, ou em comunidades étnicas. Em contraste com as discussões acerca da mistura de raças, segundo o modelo no qual a identidade era vista como algo fixo, existe hoje maior reconhecimento de que se precisa lidar com sociedades multiculturais, com os hibridismos, os sincretismos, já que tantas pessoas se movimentam no mundo, vivem entre culturas ou em regiões de fronteiras, mesmo nos países europeus e em outros Estados-Nação, que procuraram elaborar uma noção exclusiva e vigorosa de identidade nacional.<sup>75</sup>

A ruptura com a concepção do sujeito moderno e das identidades estruturadas pelo discurso do pensamento moderno esboça-se com os movimentos políticos da década de 1960. O filme *Girl, interrupted* (Garota, interrompida)<sup>76</sup> conta a história de uma jovem que tomou um vidro de aspirina e um litro de vodka, tentando suicídio. Susanna (Winona Ryder), filha de classe média, não “queimava sutiã” naqueles conturbados finais da década de 1960, mas “não queria acabar como a mãe”. Vivia triste, tinha saltos no curso do tempo (“viagens”), era a única da turma a não ir para a universidade, sonhava em ser escritora, tinha crises de depressão... Internada num hospital psiquiátrico, foi diagnosticada como portadora de *borderline personality* (distúrbios das fronteiras da personalidade), uma psicopatia que “afetava principalmente mulheres jovens” e que se manifestava por “instabilidade da auto-imagem, incerteza sobre metas, atitudes anti-sociais, idéias autodestrutivas e sexo casual”. O descentramento do Eu – uma garota interrompida dos anos 60 – é o tema do filme. A cura, baseada nos paradigmas centrados na coerência do indivíduo, seria alcançada quando a paciente articulasse, na fala, a razão de suas atitudes. Quando “confessasse”, conscientemente, seus segredos na transparência do Eu, ela teria alta do hospital e seria liberada do tratamento.

Os movimentos políticos dos anos 60, o feminismo, as revoltas estudantis, os movimentos juvenis contraculturais e antibelicistas, as lutas pelos direitos civis, os movimentos revolucionários do Terceiro Mundo, o Maio de 68, enfim, acompanham ou são acompanhados por uma ruptura epistemológica. Stuart Hall aponta cinco grandes marcos da teoria social e das ciências humanas ocorridos no pensamento, cujo impacto ocorre sobre o descentramento dos eixos identitários do século XIX e do sujeito cartesiano: a) dentro da tradição marxista, as discussões sobre as relações sociais (modos de produção, exploração da força de trabalho, circuitos do capital) negaram a noção abstrata de homem; b) a descoberta do inconsciente freudiano mostrou que nossas identidades, nossa sexualidade e a estrutura de nossos desejos são formadas com base em processos psíquicos e simbólicos que escapam à razão; c) o trabalho dos lingüistas mostrou que os significados e o simbólico são, inerentemente, instáveis; d) as idéias de Foucault, ao destacar o “poder disciplinar” e as relações entre poder e saber; e) o impacto do feminismo, como crítica teórica e como movimento social, questionando a clássica distinção entre dentro e fora, público e privado. Seu *slogan* – “o pessoal é político” abriu a contestação política em arenas totalmente novas (a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças, etc.) e colocou questões políticas e sociais nas formas como nossas subjetividades e identidades são produzidas (homens/mulheres, mães/pais, filhos/filhas, etc.), na relação do “olhar” do Outro, num processo de identificação na diferença ou na semelhança. Ou seja, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, melhor seria falar de identificação e vê-la como um processo em andamento.<sup>77</sup>

Bhabha, ao analisar o livro de Jacqueline Rose, *Pele negra, máscaras brancas*, aponta três condições subjacentes ao processo de identificação: existir é ser chamado à existência em relação a uma *alteridade*, visível na troca de olhares entre o Eu e o Outro, entre o nativo e o colono, por exemplo; o próprio lugar da identificação é um espaço de *cisão*; finalmente, a questão da identificação nunca é a afirmação de uma identidade pré-dada, nunca uma profecia autocumpridora – é sempre a produção de uma imagem de identidade e a transformação do sujeito ao assumir aquela imagem.<sup>78</sup> A demanda da identificação, isto é, ser para um outro, implica, portanto, a representação do sujeito na ordem diferenciadora da alteridade. Neste caso, o estereótipo – como fixidez da construção ideológica da alteridade – entra como a principal estratégia discursiva, como forma de conhecimento e identificação, que vacila entre o que está sempre no lugar, já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido... A força da ambivalência, que dá ao estereótipo sua validade ao produzir efeitos de verdade, garante sua repetibilidade mesmo em conjunturas históricas e discursivas mutantes.<sup>79</sup>

Schreber, antigo presidente do Senado de Dresden, culto e inteligente, cuja profissão o preparara para fazer formulações claras, tinha passado sete anos como paranóico, internado em várias clínicas, quando tomou a decisão de colocar por escrito, com todos os detalhes, o que ao mundo pareceria o seu sistema de delírio. *As memórias de um neuropata* (1903) – pela leitura de Elias Canetti – é um dos documentos mais fecundos para se perceber como aquilo que parece o mais nítido está lá onde ele aparentemente se limita. “Eu também sou apenas um homem”, diz Schreber no início, “e por isso também estou sujeito aos limites do conhecimento humano”. E projeta para si cinco futuras existências, metamorfoseando-se nelas. Mas, para seu desespero, sua intenção de fixar-se como mulher não durou muito tempo. Para quem se sente ameaçado, só é possível fixar-se nas estrelas, as únicas coisas estáveis. O mundo está desmoronando, “toda a humanidade tinha sucumbido”. Schreber se considerava o único *real* sobrevivente; acreditava que as poucas figuras humanas que ele continuava vendo – seu médico, os enfermeiros do estabelecimento ou outros pacientes, por exemplo – eram simples aparências. Eram “homens rapidamente esboçados”, que só lhe eram simulados para deixá-lo confuso. Vinham como sombras ou como imagens e se dissolviam outra vez; ele naturalmente não as levava a sério. Todos os verdadeiros homens tinham sucumbido. Deus, se quiser ser eterno, só pode ser nervos, alma. Tornando-se corpo, perecerá. Aproximando-se dos vivos, poderá se contaminar de corporeidade. É por essa razão que Deus gosta tanto dos cadáveres.<sup>80</sup>

*Recebido em junho/2002; aprovado em julho/2002*

## Notas

\* Professora Doutora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>1</sup> *Boletim de Eugenia*. Rio de Janeiro, v. 5, p. 3, maio de 1929.

<sup>2</sup> KEHL, R. *A Cura da fealdade*. São Paulo, Monteiro Lobato e Cia, 1933. p.4.

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*, p. 202.

<sup>4</sup> KEHL, op. cit., 1933, p. 478.

<sup>5</sup> Cf. BARKAN, El. *The retreat of scientific racism. Changing concepts of race in Britain and the United States between the world wars*. Cambridge, Cambridge University Press, 1992, pp. 79-80.

<sup>6</sup> *Gazete Médica da Bahia*, 1925, 161, apud SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 216.

<sup>7</sup> Cf. LÚCA, T. R. de. *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo, Unesp, 1999, p. 176.

<sup>8</sup> Cf. FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*. 34 ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 1998, p. 289.

<sup>9</sup> Ver: FLORES, M. B. R. A política da beleza. Nacionalismo, corpo e sexualidade no projeto de padronização brasileira. *Diálogos Latino-Americanos*. Universidade de Aarhus/Centro de Estudos Brasileiros, v. I, pp. 88-109, 2000.

<sup>10</sup> É extensa a sua obra. Entre elas, citamos: IRAJÁ, H. de. *O esforço para a beleza* (1923); *Sexualidade e amor* (3 ed. 1937); *Psicopatologia da sexualidade* (s.d.); *Sexualidade perfeita* (3 ed. 1937); *Tratamento para os males sexuais* (1927); *Morfologia da mulher* (4 ed. 1937); *A sexualidade na arte* (s.d.); *Sexo e beleza* (4 ed. 1958); *Psicose do amor* (s.d.).

<sup>11</sup> IRAJÁ, H. de. *Morfologia da mulher: a plástica feminina no Brasil. Estudos Brasileiros*. 4 ed. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1937, p. 33.

<sup>12</sup> Idem, *ibidem*, p. 29.

<sup>13</sup> Idem, *ibidem*, p. 207.

<sup>14</sup> Idem, *ibidem*, p. 73.

<sup>15</sup> Idem, *ibidem*, p. 9.

<sup>16</sup> IRAJÁ, H. de. *Sexo e beleza*. 4 ed. Rio de Janeiro, Pongetti, 1958 (primeira edição: 1937, pp. 7-8).

<sup>17</sup> Idem, *ibidem*, p. 32.

<sup>18</sup> FLORES, M. B. R. Fronteiras celibatárias. Nação, corpo e etnia. História: Fronteiras. In: XX SIMPÓSIO NACIONAL da ANPUH, 20. Florianópolis, jul. 1999, pp.783-802.

<sup>19</sup> ANDERSON, B. *Nação e consciência nacional*. São Paulo, Ática, 1989.

<sup>20</sup> CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense, 1982, pp. 8-9.

<sup>21</sup> CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, Vozes, 1994, p. 232.

<sup>22</sup> Idem, *ibidem*, p. 199.

<sup>23</sup> Idem, *ibidem*, p. 231.

<sup>24</sup> ANZIEU, D. *Eu-pele*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1989, p.109.

<sup>25</sup> Apud BOURDIEU, P. *Meditações pascalinas*. Oeiras, Celta, 1998, p. 118.

<sup>26</sup> BOURDIEU, op.cit., 1998, p. 124.

<sup>27</sup> Cf. FIORIN, J. L. "O corpo nos estudos da semiótica francesa". In: SILVA, I. A. (org.) *Corpo e sentido*. São Paulo, Unesp, 1996, p. 88.

<sup>28</sup> No *Dicionário da Academia Espanhola* de 1925, a nação é descrita como a coletividade de pessoas que têm a mesma origem étnica e que, em geral, falam a mesma língua e têm toda uma tradição em comum; Marcel Mauss define a nação como uma sociedade material e moralmente integrada, com um poder central estável, com fronteiras determinadas, com uma relativa unidade moral, mental e cultural por parte dos habitantes que aderem conscientemente ao Estado e às leis; na *Enciclopédia Brasileira Mérito* (1958) Nação é a comunidade dos cidadãos de um Estado que vivem sob o mesmo regime ou governo e têm uma comunhão de interesses; a coletividade dos habitantes de um território com tradições, aspirações e interesses comuns e subordinado a um poder central que se encarrega de manter a unidade do grupo; o povo de um Estado. Cf. HOBBSAWM, E. *A Questão do Nacionalismo: nações e nacionalismo desde 1780*. Lisboa, Terramar, 1998, pp. 19-20.

<sup>29</sup> HOBBSAWM, op. cit., 1998, pp. 17-20.

<sup>30</sup> Cf. WENDEN, C. W. de. "Nação e cidadania, um par de associados-rivais". In: CORDELIER, S. (coord.). *Nações e nacionalismos*. Lisboa, Dom Quixote, 1998, p. 44.

<sup>31</sup> ELIAS, N. *Os alemães: a luta pelo poder e a revolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997, p. 16.

<sup>32</sup> SMITH, A. D. *A identidade nacional*. Lisboa, Gradiva, 1997, pp. 35-36.

<sup>33</sup> Sobre liberalismo no Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, ver: CAPELATO, M. H. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo, Brasiliense, 1989. A autora mostra que os liberais paulistas resistiram a qualquer tipo de interferência estatal em seus negócios, mas invocaram a autoridade dos cientistas (biólogos e antropólogos) para afirmar que o cruzamento entre as raças, além de diminuir a vitalidade individual, acarretava perturbações de ordem psíquica muito graves, e, ao preferirem a mão-de-obra nacional à estrangeira, não vacilaram em pedir, ao Estado, políticas de adestramento do corpo e do espírito do trabalhador nacional, com o objetivo de torná-lo apto para as relações contratuais. Uma das citações de OESP é exemplar: “Por de trás de nossos arranhas céus, há massas que reclamam a presença de apóstolos que serão os educadores colocados nas granjas escolares, para a forja do homem novo, sadio, eficiente de amanhã”. O controle sobre o trabalhador explica a importância atribuída à disciplina do corpo e da mente. (p. 93).

<sup>34</sup> BELLAMY, R. *Liberalismo de sociedade moderna*. São Paulo, Editora da Unesp, 1994, p. 47.

<sup>35</sup> PASSMORE, J. A. *The Perfectibility of Man*. Londres, Duckworth, 1970.

<sup>36</sup> Idem, *ibidem*, p. 151.

<sup>37</sup> Idem, *ibidem*, p. 158.

<sup>38</sup> DUTTON, K. R. *The Perfectible Body: the western ideal of male physical development*. Nova York, The Continuum Publishing Company, 1995, pp. 204-205.

<sup>39</sup> BIZZO, N. M. V. *Meninos do Brasil: idéias sobre reprodução, eugenia e cidadania na escola*. Tese de Livre-Docência, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1994, p. 97.

<sup>40</sup> Idem, *ibidem*, p. 99.

<sup>41</sup> *Boletim de Eugenia*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 3, maio 1929.

<sup>42</sup> FOUCAULT, M. *Genealogia del racismo: de la guerra de las razas ao racismo de Estado*. Madri, Las ediciones de la Piqueta, 1992, p. 249.

<sup>43</sup> FLORES, M. B. R. “O amor-perfeito ou a medicalização do sexo”. In: SILVA, A. L., LAGO, M. C., RAMOS, T. *Falas de gênero*. Florianópolis, Editora das Mulheres, 1999, pp. 203-233.

<sup>44</sup> DARMON, P. *Médicos e assassinos na “Belle Époque”: a medicalização do crime*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, pp. 40-42.

<sup>45</sup> Idem, *ibidem*, pp. 40-42.

<sup>46</sup> Cf. TODOROV, T. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Trad.: Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, v. I, p. 107.

<sup>47</sup> Idem, *ibidem*, p. 110.

<sup>48</sup> FOUCAULT, op. cit., 1992, p. 249.

<sup>49</sup> DARMON, op. cit., 1991, pp. 40-43.

<sup>50</sup> WEBER, E. J. *França fin-de-siècle*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 35.

<sup>51</sup> Cf. Le RIDER, J. *A modernidade vienense e a crise de identidades*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1993, p. 175.

<sup>52</sup> CANETTI, El. *Massa e poder*. São Paulo, Melhoramentos; Brasília, Editora da UNB, 1983, pp. 497-498.

<sup>53</sup> Viva a obesidade. *Correio do Estado*, Florianópolis, 2 dez. 1934, p. 2.

- <sup>54</sup> SALGADO, P. *A mulher no Século XX*. São Paulo, Guanumby, 1949, p. 135.
- <sup>55</sup> IRAJÁ, op. cit., 1937, p. 102.
- <sup>56</sup> Ver: FLORES, op. cit., 1999, pp. 203-233.
- <sup>57</sup> Cf. SCHWARCZ, op. cit., 1993, p. 189.
- <sup>58</sup> MARTINEZ-ECHAZÁBAL, L. "O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual". In: MAIO M. C. e SANTOS, R. V. (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996, pp. 107-124.
- <sup>59</sup> PEIXOTO, A. *Elementos de medicina legal*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1910, p. 76.
- <sup>60</sup> PEIXOTO, A. *Sexologia forense*. São Paulo/Rio de Janeiro/Porto Alegre. Companhia Editora Nacional, s. d. Trata as "perversidades" do instinto sexual como causadoras do enfraquecimento físico e moral, do deapauperamento orgânico e da degradação social do indivíduo, da predisposição para o crime e a loucura.
- <sup>61</sup> IRAJÁ, H. de. *Psicoses do amor: estudos sobre as alterações do instinto sexual*. 8 ed. Rio de Janeiro, Livraria Jacintho, s.d., p. 45.
- <sup>62</sup> Idem, ibidem, p. 46.
- <sup>63</sup> Cf. LISSOVSKY, M. O dedo e a orelha: ascensão e queda da imagem nos tempos digitais. *Acervo*. Rio de Janeiro, 6 (1/2), pp. 55-74, jan.-dez. 1993.
- <sup>64</sup> Idem, ibidem, p. 68.
- <sup>65</sup> Idem, ibidem, p. 61.
- <sup>66</sup> MAFESOLI, M. *No fundo das aparências*. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1996, pp. 305-306.
- <sup>67</sup> GUATARRI, F. e ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografia do desejo*. 3 ed. Petrópolis, Vozes, 1993, pp. 284-290.
- <sup>68</sup> BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1998, p. 19.
- <sup>69</sup> Idem, ibidem, p. 19.
- <sup>70</sup> ANZIEU, op. cit., 1989, p. 102.
- <sup>71</sup> Idem, ibidem, p. 210.
- <sup>72</sup> BHABHA, op. cit., 1998, p. 70.
- <sup>73</sup> CASSIRER, E. *Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana*. São Paulo, Martins Fontes, 1997.
- <sup>74</sup> MAGRIS, C. *Microcosmos*. Rio de Janeiro, Rocco, 2002, p. 41.
- <sup>75</sup> Cf. FEATHERSTONOE, M. *O desmanche da cultura: globalização, pós-modernidade e identidade*. São Paulo, SESC/Studio Nobel, 1997.
- <sup>76</sup> Filme de James Mangold, 1999.
- <sup>77</sup> HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 1997, pp. 37-50.
- <sup>78</sup> BHABHA, op. cit., 1998, p. 76 e seguintes.
- <sup>79</sup> Idem, ibidem, p. 105.
- <sup>80</sup> CANETTI, op. cit. 1983, pp. 483-497.